

O poder e as representações de quem tem posse: a construção do mito Ottoni no Vale do Mucuri, MG (1890-1950).

Power and representations of those in possession: the construction of the Ottoni myth in Mucuri Valley, MG (1890-1950).

Márcio Achtschin Santos*

Resumo: As construções das representações humanas estão diretamente vinculadas ao contexto vivido por determinadas comunidades. O objetivo desse estudo é analisar a relação entre a formação do mito em torno de Teófilo Benedicto Ottoni com a realidade dos produtores rurais do Vale do Mucuri, nordeste de Minas Gerais, entre os anos de 1890 e 1950. O Mucuri sofreu um processo de colonização tendo sua produção baseada na cafeicultura e, posteriormente, na pecuária. O trabalho agrego foi a principal mão-de-obra utilizada nas médias e grandes propriedades rurais, especialmente para o desmatamento ininterrupto em benefício da lavoura e do pasto. Essas atividades geraram riquezas para os ruralistas, mas não estimulavam investimentos em tecnologia típicos do modelo capitalista. Desse modo, produziu-se por intermédio da imprensa uma representação ambígua da região, coexistindo a visão de prosperidade concomitante com a ideia de ruína. Assim, formou-se em torno de Teófilo Ottoni a imagem do bandeirante moderno, personificando essa contradição entre o desenvolvimento e o atraso.

Palavras-chave: Vale do Mucuri. Atraso e modernidade. Mito Ottoni.

Abstract: The constructions of human representations are directly linked to the context experienced by certain communities. The aim of this study is to analyze the relationship between the formation of the myth around Teófilo Benedicto Ottoni and the reality of rural producers in Vale do Mucuri, northeast of Minas Gerais, between the years 1890 and 1950. The Mucuri underwent a process of colonization its production based on coffee and, subsequently, livestock. The agrego was the main labor force used in medium and large rural properties,

* Doutor em História pela UFMG, pós-doutorando em História pela UFMG, Professor do Departamento de Ciências Sociais e Humanas.

especially for uninterrupted deforestation for the benefit of crops and pasture. These activities generated wealth for ruralists, but did not encourage investments in technology typical of the capitalist model. In this way, an ambiguous representation of the region was produced through the press, with the vision of prosperity concomitant with the idea of ruin. Thus, the image of the modern bandeirante was formed around Teófilo Ottoni, personifying this contradiction between development and backwardness.

Keywords: Mucuri Valley. Delay and modernity. Myth Ottoni.

Apresentação

Nos últimos anos, mesmo que ainda de forma modesta, vem ganhando espaço nos estudos da História as abordagens fundadas na Cultura Política. Nesse aspecto, tornaram-se mais presentes pesquisas sobre as diversas representações humanas, como o Imaginário, os Símbolos e os Mitos. Mas, em um Brasil que apenas recentemente se tornou majoritariamente urbano, ainda são escassas as pesquisas que analisam as representações políticas construídas no meio rural. A integração nacional, as redes sociais, o mundo globalizado, são movimentos que só recentemente chegaram ao interior. No entanto, isolados em múltiplas ilhas, comunidades que viviam à margem dos grandes centros construíram suas relações próprias de poder.

Penetrar nesses sertões e parte de sua política é o desafio que esse trabalho se presta. A proposta é analisar o mito em torno da figura de Teófilo Ottoni construída a partir das relações de poder no Vale do Mucuri, região do nordeste do estado de Minas Gerais, entre o final do século XIX e meados do século XX.

Minas Gerais na primeira metade do dezenove vai superar a crise da mineração com um alto grau de mercantilização, com bases produtivas diferenciadas e em dinâmicas particularizadas¹. É necessário, portanto, associar a ocupação dos espaços em Minas Gerais com as atividades produtivas, mostrando o dinamismo na penetração do território mineiro e suas segmentações regionais ao longo deste processo. A ocupação do Vale do Mucuri está relacionada com essas mudanças.

¹ Conf. ANDRADE (1998), LIBBY (1988), MARTINS et al. (2002), MARTINS (1994)

Até o século XVIII, o Mucuri era uma terra habitada por comunidades indígenas, longe da exploração aurífera dos anos de 1700, pois o governo português queria manter as matas da região para ser um obstáculo natural das práticas do contrabando (WEYRAUCH, 1997). Esse quadro mudou no século seguinte. Ao analisar a ocupação do espaço mineiro e seus redesenhos no século XIX, pode-se entender o Mucuri como inserido em um contexto de novos espaços habitados, ocorrendo uma regionalização como local socialmente construído². Somado a isto, deve-se considerar também o intenso deslocamento da população, especialmente do Jequitinhonha e norte mineiro, em busca de alternativas produtivas. Acuado pelo crescimento dessas regiões é que se iniciou a tardia colonização do Mucuri.

Alinhada com essas tendências, foi criada pelo comerciante e político Teófilo Benedicto Ottoni (1807-1869), em 1847, a Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri. Ottoni pretendia obter lucros com a empresa a partir da criação de uma área comercial no Mucuri. Apesar do elevado investimento, a empresa de Teófilo Ottoni não conseguiu os lucros esperados e foi encampada pelo governo em 1861. Se a Companhia criada por Ottoni tem sido tratada como protagonista na ocupação do Vale do Mucuri³, nesse artigo a sua participação assume um caráter complementar, privilegiando a tendência de uma região ocupada através de múltiplos atores, típico do cenário econômico de Minas Gerais do século XIX.

Mas, apesar da breve passagem de Teófilo Ottoni pela região, pois com o fim da Companhia jamais retornou ao nordeste mineiro, a sua figura ficou marcada como uma representação permanente no imaginário da elite regional. Esta seguiu a tendência do Império e da Primeira República de investir na produção cafeeira e, após a crise de 1929, foi a pecuária a principal fonte de riqueza dos grandes proprietários locais. Os produtores rurais do Mucuri buscaram, além de riqueza e controle político, se reconhecer dentro desse cenário. Nesse aspecto, a imprensa assumiu papel fundamental na construção do mito Ottoni. As produções dos periódicos estiveram intimamente ligadas a projetos de elites locais e suas relações de poder. Mesmo que os jornais chegassem de várias maneiras ao público, era uma produção de segmentos que tinham propriedades

² Conf. CAMBRAI (1988), CARRARA (1978), CUNHA (2002), RIBEIRO (2013).

³ Conf. ARAUJO (2002), ARAUJO (2007), CHAGAS (1978), MIRANDA (2007), TIMMERES (1969).

ou que estavam identificados com aqueles que tinham posse. Eram publicações típicas de uma sociedade rural na qual a imprensa regional ocupou um importante papel de mediadora política e produtora de suas representações.

A partir dessas informações, as questões postas seriam: De que modo a elite rural do Vale do Mucuri produziu identificações que fossem ao encontro da sua realidade? Qual o papel de Teófilo Ottoni no imaginário político do Mucuri? Qual a relação entre o mito construído em torno de Ottoni e as vivências dos produtores rurais do nordeste mineiro?

Para responder a essas questões, foram analisados os periódicos da região do Mucuri disponíveis entre 1895 e 1950: “O Mucury”, 1899 a 1900 (Centro de Documentação e Arquivos da UFVJM – Campus Mucuri); “Nova Philadelphia”, 1895 a 1898 (Centro de Documentação e Arquivos da UFVJM – Campus Mucuri); “A Família”, 1918 a 1925, (Centro de Documentação e Arquivos da UFVJM – Campus Mucuri); “O Norte de Minas”, de 1929 a 1951, (Acervo Digital Instituto Histórico e Geográfico do Mucuri). A partir dessas fontes se estabeleceu padrões recorrentes em publicações que faziam referência às imagens míticas construídas em torno da figura de Teófilo Benedito Ottoni e seus significados ao longo do tempo.

O artigo foi dividido em 3 seções: na primeira parte apresenta a especificidade da ocupação do Vale do Mucuri tendo como referência o trabalho agrego e a exploração predatória das matas. Na Segunda seção se discute as representações construídas pela imprensa durante o período estudado. Por fim, se propõe relacionar essas representações com a figura de Teófilo Benedito Ottoni através de diversos discursos construídos pelos periódicos.

1. O modelo da ocupação do Vale do Mucuri do agrego e exploração extensiva

Conforme já exposto, a ocupação de modo mais sistemático no nordeste de Minas Gerais ocorreu com a Companhia do Mucuri. Mesmo com o seu fim, o deslocamento da fronteira agrícola em direção ao Mucuri se manteve. Paralelo à produção voltada para um mercado local surgiu também uma agricultura de exportação que ganhou força, especialmente no plantio do café a partir dos anos de 1860. De acordo com o periódico “O Norte de Minas”, a região chegou a ser

nos anos de 1930 a segunda região produtora de café em Minas Gerais, com 20.600.000 cafeeiros (O Norte de Minas, 03.08.1930).

Com a Crise de 1929, os produtores rurais insistiram em alternativas a partir da lavoura para substituição do café. A pecuária não era bem vista pelos agricultores, que entendiam ser a produção de gado uma mudança não apenas na economia, mas também na cultura rural:

[Os proprietários rurais] chegarão à conclusão de que plantar rende menos que colher e, por isso, reduzirão a pastos, mangas de criação, campos em que dantes sorria o seu sorriso verde de fartura a vegetação alegre de lavouras cuidadas. E não mais roças alegres, não mais chácaras vicejantes. À cantiga, a toada alegre de eiras sucederá a grita bruta de vaquejadas para engorda (O Norte de Minas, 22.06.1935).

Porém, gradativamente o ruralista encontrou na pecuária o lucro almejado. Marcos Lobato Martins (2010) indica o crescimento da pecuária no Vale do Mucuri: em 1920 na região havia 29.683 bovinos e em 1958, somente em Carlos Chagas, 145 mil unidades. O município de Carlos Chagas se orgulhava de “[...] ter o maior rebanho bovino de Minas Gerais e a maior densidade de bois do Brasil” (MARTINS, 2010, p. 64). Esse modelo de produção agropecuário se sustentou através de uma exploração extensiva e no trabalho agrego, predominou no Vale do Mucuri desde a segunda metade do século XIX, conseguindo se manter até meados do século XX.

O regime agrário denominado agregação pode ser entendido como a cessão da terra por parte do fazendeiro ao indivíduo ou família que tinha direito a extração das matas e o uso da terra para seu sustento e em troca, trabalhava temporadas para a fazenda (RIBEIRO, 2010). O trabalho agrego foi implantado no Brasil a partir do período colonial, sendo que era uma atividade de homens livres realizada concomitante com o trabalho escravo (FRANCO, 1974). Mas, já findando a escravidão, o agrego aumentou, ganhando vigor ao longo do século XIX em regiões onde o trabalho escravo perdia fôlego. Se em São Paulo, Rio de Janeiro e parte de Minas Gerais mudou o formato produtivo com a presença imigrante, o agrego continuou nos sertões, caso do nordeste mineiro.

A relação agrega foi determinante para a formação do Vale do Mucuri, compondo o cenário rural das médias e grandes propriedades por, aproximadamente, um século. Para Eduardo Ribeiro, “[. . .] poucos lugares em Minas Gerais tiveram presença e mantiveram lembranças tão fortes da agregação

quanto o Jequitinhonha e o Mucuri. Ser agregado ou ter agregados fez parte da vida de quase todas as famílias desses lugares” (RIBEIRO, 2013, p. 222). O agrego nas fazendas do Vale do Mucuri, da sua formação em meados do século XIX até o seu final nos anos de 1970, “[. . .] sustentou a ordem e a dinâmica da fazenda” (RIBEIRO, 2010, p. 402).

O número de famílias agregadas em uma propriedade variava, mas em fazendas de produção elevada, chegou a ter números expressivos, em alguns casos chegando a 500 pessoas (RIBEIRO, 2010). Essa grande quantidade de agregados favorecia a contratação de serviços pontuais por alguns em determinado setor ou período. Desse modo, muitos trabalhavam pouco para a fazenda (RIBEIRO, s/d). Eduardo Ribeiro exemplifica que na região, nos anos de 1940, um dia de trabalho equivalia a três quilos de farinha ou um quilo de toucinho. Esse potencial produtivo garantia as condições mínimas de subsistência do agregado, ao mesmo tempo que atendia ao proprietário, pois pagava valores irrisórios aos serviços prestados pelo lavrador (RIBEIRO, 2010, p. 408).

Concomitante ao trabalho agregado se associava o modelo predatório na ocupação do Vale do Mucuri partilha com os valores oitocentistas, voltados para a racionalidade, a reocupação da região no dezenove foi ao encontro do discurso no qual a selva, seus insetos e animais, além dos indígenas, impediam a saga civilizatória (DUARTE, 2002). Nesse ambiente de cultura predatória em relação às matas do Mucuri, se estabeleceu a produção agrícola baseada no café, até os anos de 1930, e a pecuária, dessa data em diante. Coexistindo ao lado dessas duas culturas, o desmatamento contínuo. A extração de forma intensa da madeira aqueceu a economia na região por mais de um século. Pela vastidão da floresta, tanto a agricultura quanto a pecuária se valeram da derrubada das árvores, ampliando espaços para produção bem como utilizando da madeira para o comércio.

Era no mando do fazendeiro, mas nas mãos do agregado, a derrubada das matas. O agregado chegava para a fazenda para a derrubada, quer seja para o plantio, quer seja para o futuro pasto, quer seja para ampliar o latifúndio ocupando as terras devolutas, quer seja ainda para extração da madeira visando o comércio. O perfil do agrego se adequava perfeitamente ao desmatamento intenso da região, pois as condições precárias submetiam esses trabalhadores à

itinerância permanente. O desmatamento era vantajoso, realizado com baixo custo (ou custo algum). Diante da mata densa e do muito a desflorestar, o agregado encontrava de fazenda em fazenda espaços temporários para trabalhar.

A extração de madeira era permanente, no que era nominada de “Toada dos machadeiros” (A Família, 12.04.1913). Em artigo assinado por José Jacinto Júnior chamava a atenção nos primeiros anos do século XX para a forma predatória como era explorada a terra no nordeste mineiro: “O nosso fazendeiro . . .deixa-se cair no culpável consentimento à devastação da floresta” (A Família, 18.10.1913).

Desse solo, se acreditava inesgotável. O semanário “O Norte de Minas” de 10 de outubro de 1942 constatava que o ininterrupto ato de desmatamento e plantio era uma prática recorrente: “findo este [solo], será a área substituída por outra”. Através do artigo escrito em 1944 n “O Norte de Minas” intitulado “Teófilo Otoni, um dos mais prósperos e importantes municípios de Minas” é possível perceber a relação direta que se fazia entre a fertilidade do solo e o progresso. Era uma leitura de uma natureza inesgotável e, portanto, dispensável o uso de qualquer tecnologia:

E o que dizer de sua agricultura, de sua pecuária? O solo é uberíssimo e da terra se extraem os mais preciosos produtos da lavoura. Grandes fazendas enfeitam e dignificam a paisagem municipal e como atestados eloquentes da pujança econômica e do espírito construtivo de um povo [. . .] A pecuária se desenvolve de maneira admirável, povoando os campos de rebanhos apurados e bem selecionados [. . .] O destino [de Teófilo Otoni] é o prosseguimento de uma linha reta de progresso. (O Norte de Minas, 06.05.1944).

2. O impasse entre a modernidade e o atraso segundo a elite rural do Vale do Mucuri

Paralelo à agricultura, e, de modo mais intenso, com a pecuária, houve um crescimento também no espaço urbano, mas se manteve viva a força regional da oligarquia agrária. Em 1953, a população do município de Teófilo Otoni era ainda majoritariamente rural: dos 90 mil habitantes, apenas 25 mil eram urbanos (O Norte de Minas, 06.09.1953). De acordo com Márcio Achtschin (2018), somente em 1970, segundo Censo do IBGE, Teófilo Otoni vai apresentar uma leve superioridade urbana em relação à população rural: esta 65.923 (49,56%), e a cidade de Teófilo Otoni com 67.094 (50,44%).

O fato é que as cidades e distritos do Vale do Mucuri, até os anos de 1960, eram uma extensão do campo. Há de se considerar que parte do médio e do grande proprietário rural, além do comerciante de produtos agropecuários do Mucuri, residiam nos centros mais povoados. O mundo rural era uma continuidade dos espaços urbanos. O jornal “O Norte de Minas”, em matéria de 27 de julho de 1930, informava a existência dentro do distrito de Marabainha, município de Teófilo Otoni, de 09 cancelas. Novamente em 19 de outubro de 1935, uma nota n’ “O Norte de Minas”, publica o fechamento de uma rua por um fazendeiro no distrito de Urucu, município de Carlos Chagas. Na década seguinte, o mundo urbano e o rural ainda se confundiam em Teófilo Otoni. O jornal “O Norte de Minas” de 06 de abril de 1946, denunciava a “[. . .] passagem de gado bravo no centro da cidade. As nossas ruas, que são frequentadas durante todo o dia por crianças, [. . .] oferecem espetáculos perigosos, cujos os artistas são vaqueiros em correrias loucas e vacas bravas”.

Porém, ainda que com base rural, a expressão da elite agrícola do Mucuri tinha como referência um modelo de desenvolvimento projetada à imagem e semelhança do mundo ocidental. O anseio era que, diante da riqueza gerada pela agricultura e/ou pecuária, o glamour vivido nos principais centros urbanos fizesse parte dos hábitos e da rotina mucuriense. No entanto, a vida frenética das grandes cidades, os novos costumes, as facilidades e o conforto oferecidos pela modernidade e desejados pelos que tinham posse insistia em não chegar a seus espaços de convivências.

É com a projeção de uma sociedade progressista coexistindo com um sentimento de fracasso que o tema mais recorrente na imprensa do Mucuri em toda a primeira metade do século XX vai ser a de um território de fartura, mas que nunca prosperava. Artigos e editoriais apresentavam como questão central a contradição da abundância existindo simultaneamente com o atraso.

A expressão “hinterland” foi de uso frequente para caracterizar a região. Significando local de atraso, de pouco desenvolvimento, essa terminologia foi empregada rotineiramente nos escritos da imprensa, caso do editorial do “O Norte de Minas” de 29 de agosto de 1936, ou nas palavras de políticos locais, caso do discurso de Tristão da Cunha de 17 de fevereiro de 1952 (O Norte de Minas, 17.02.1952).

Concomitante ao atraso, há um porvir de prosperidade e esperança de um espaço que vai se desenvolver. Bartholomeu Barbosa, representando a empresa Lloyd Brasileiro esteve em Teófilo Otoni em agosto de 1936 conseguiu captar bem esse sentimento:

Desde então comecei a sentir a tristeza e paciência extraordinária de uma das mais ricas zonas do Brasil, que jamais deixou de sonhar pelo progresso. E ela tem como centro essa Nova Filadélfia, que mais dias, menos dias, surgirá em todo seu justo esplendor para maior grandeza da pátria (O Norte de Minas, 03.08.1936).

Produziu-se uma visão contraditória da região, ora atrasada, ora moderna. Em 23 de junho de 1913, ponderava o jornal “A Família”, que o Mucuri era “. . . tão injustamente tido na conta de uma terra atrasada”. Ocorre que essa percepção estava associada à maneira como o Mucuri se inseriu dentro do ideário de desenvolvimento desejado pela modernidade. O anseio de fazer desse espaço um local à imagem e semelhança da sociedade ocidental construía um modelo paradoxal. Tanto o café quanto a pecuária gerava riqueza. Havia o crescimento econômico, havia uma elite com recursos para trazer todos os benefícios do mundo industrializado. Mas, as bases de expansão da produção capitalista não eram as mesmas que desenvolviam a economia da região e nem a fonte de riqueza dos produtores rurais.

O impulso do capitalismo tem como sustentação o desenvolvimento tecnológico e a mão-de-obra assalariada, mas a região do Mucuri produzia riqueza com base no agrego e em atividades exclusivamente predatórias. A percepção do ruralista do Vale do Mucuri era de uma natureza abundante, farta e inesgotável, fazendo com que o alto custo em investimentos na tecnologia fosse dispensado. Em editorial do jornal “A Família” de 01 de fevereiro de 1913, a leitura feita quanto à riqueza da região estava na exploração do solo e da mata:

Pela fama que tem o sertão do norte do estado, de ser rica em terra de cultura, de matas preñes de madeiras de muitíssimas qualidades, muita gente tem vindo instalar nesse município [. . .] Em um município como o nosso, cuja a riqueza está justamente em sua mata e na fertilidade do seu solo, a não haver uma lei que consulte todos esses interesses, teremos que assistir sempre ao espetáculo triste de destruição das matas nesse município. (A Família, 01.02.1913).

Ocorreu em determinados momentos a tentativa por parte da indústria de máquinas e tratores em adotar o uso desse maquinário na produção rural no

nordeste mineiro. Empresas chegaram a trazer equipamentos e fazer amostras do seu uso no campo. Em 25 de outubro de 1924, o jornal “A Família” noticiou a simulação de atividades de algumas máquinas agrícolas “[. . .] para demonstrar aos fazendeiros as vantagens econômicas da lavoura mecânica sobre a rotina de nossos antepassados”. Em publicidades na imprensa local houve em determinados momentos a divulgação de venda de equipamentos agrícolas, mas as propagandas tinham vida curta. A questão é que não havia demanda por tecnologia em função da grande disponibilidade de terra e do fornecimento de mão-de-obra, barata e em grande quantidade.

Nesse aspecto, o editorial do jornal “A Família”, de 18 de outubro de 1913 é emblemático ao tratar do contraponto entre riqueza natural e limites técnicos na exploração da terra. Na publicação, lamentava-se a distância entre o progresso de outras regiões e o atraso vivido no Mucuri. Para o jornal, os terrenos eram férteis, a floresta era abundante de madeiras nobres, mas “[. . .] o limitado exercício da lavoura, bem entendida, tem contribuído imensamente para a nossa zona fique muito atrás de nosso estado”. A forma predatória, sugeria ainda o escrito, poderia ser substituída por uma produção com maior tecnologia: “E se adaptarmos à mecânica agrícola em determinada zona, abolindo por completo a ação do machado e do fogo?” (A Família, 18.18.1913).

A produção agropecuária do Vale do Mucuri não investiu em tecnologia em função da mão-de-obra barata do agrego e a base exploratória da terra baseada em um modelo estritamente predatório. Uma atividade fundada nessas práticas apresentam limites para desenvolver dentro do modelo capitalista típico do século XX. Pelo baixo custo do trabalhador, o investimento em tecnologia era dispensável. Para a visão do ruralista da região, maquinários tinha um custo desnecessário, e a abundância de terra não estimulava seu uso de modo racional.

3. A imprensa e as representações do agrego na perspectiva do proprietário rural: o mito Ottoni

Os fazendeiros do Vale do Mucuri tinham na imprensa um espaço significativo em defesa de seus interesses e das suas representações. As questões do campo eram noticiadas pelos jornais preferencialmente em seus aspectos produtivos. As crises que afetavam especialmente o café e o gado, os impostos considerados

exorbitantes, os prejuízos com as pragas, as amortizações e o perdão das dívidas bancárias: esses eram os temas mais recorrentes.

Portanto, se circulava a riqueza, a sua origem e sua composição não permitia nem economicamente, nem socialmente, nem culturalmente a chegada da civilização sonhada pelos produtores rurais. Diante dessa coexistência entre o atraso vivido e o desejo de modernidade, a questão posta seria: como, no imaginário social, poderia surgir representações que conciliassem as bases econômicas exclusivamente predatórias e agregas com o ideário de progresso do mundo moderno? É dentro desse contexto que a elite do Mucuri se identificou com a figura de Teófilo Ottoni, construindo o mito à sua imagem e semelhança.

Raoul Girardet (1987) entende que os mitos políticos estão diretamente relacionados com as situações históricas construídas, contrapondo à perspectiva atemporal dada às representações. O que ele chama a atenção é que essa construção é feita a partir de seres humanos inseridos em um espaço específico, um recorte histórico.

A partir dessa perspectiva, Girardet aponta para a especificidade das manifestações do imaginário mitológico. Dentro dessas particularidades, indica a semelhança entre o mito e o sonho, ambos imprecisos e organizados em uma dinâmica de imagens que se entrelaçam, dialogam entre si, se chocam. Igualmente, o mito político apresenta um leque de significados e interpretações, numa complexa rede de complementaridade e/ou oposição. No entanto, para Girardet, mesmo ambíguo e ambivalente, o mito tem uma lógica própria, coerência que depende da sequência de imagens e suas associações em séries idênticas localizadas na construção da sua narrativa. O mito foge ao domínio do pensamento lógico e cartesiano, evitando assim que se empobreça a análise da complexidade que envolve o mito político.

Poliformo e ambivalente, o mito se constrói em uma cadeia de imagens associadas onde se relacionam, se complementam, se opõem, se confundem, adquirindo diversas formas e significações. Um mesmo tema pode carregar símbolos que representam o medo e o encantamento, o nascimento e a morte, a prisão e a liberdade, a sombra e a luz. Por outro lado, o historiador francês, ainda que considerando o mito irracional, chama a atenção para a existência de uma lógica de repetições e associações combinadas de imagens, em códigos permanentes que transmitem sua mensagem.

Bronislaw Backzo (1985) entende que são produzidas cargas simbólicas ligadas ao poder fazendo da comunidade um ator coletivo, construindo por intermédio de rituais, expectativas e sonhos.

O mito traduz, segundo as suas próprias modalidades, uma experiência particularmente rica em emoções intensas que se confundem com as expectativas e as esperanças de que está rodeada. Experiência coletiva por excelência: vivida com uns e contra os outros no calor humano de uma multidão que se está a descobrir a si própria como uma realidade. O indivíduo sente-se apoiado e transformado pelas emoções e forças coletivas que o ultrapassam. As inúmeras narrativas, gravuras, cerimônias comemorativas, etc, ampliam e consolidam ulteriormente essa mitologia. (BACKZO, 1985, p. 321).

A imagem de Teófilo Ottoni já foi construída dentro de vários contextos. Com um leque de significados, cumpriu diferentes papéis. Atendeu ao longo do tempo diversos interesses e tendências políticas regionais e nacionais. Para os Liberais, e em certos momentos até para Conservadores, serviu de reforço ao discurso de uma província, caso de Minas Gerais, que era capaz de atender aos interesses do Império, mas que tinha uma tradição de resistência latente. O nome de Ottoni passou a ser sinônimo de liberalismo, ora aproximando da monarquia, ora do republicanismo.

Na Primeira República, representou os grupos liberais mais radicais, avizinhando de projetos democráticos. Décadas depois, quando a ditadura do Estado Novo já caminhava para o ocaso, a sua biografia atendeu aos opositores de Getúlio Vargas. Em 1943, ano que o Varguismo sentia já balançar seus pilares, foi lançado um livro fundamental para reforçar a imagem liberal e democrática de Teófilo Ottoni. A obra foi escrita por Paulo Pinheiro Chagas, “Teófilo Ottoni, o ministro do povo”. Chagas procurou resgatar o debate democrático apropriando da figura de Ottoni. Para Chagas, o Otonismo era símbolo de liberdade e democracia, um movimento político que envolvia as massas, trazia o eleitor para os grandes debates nacionais.

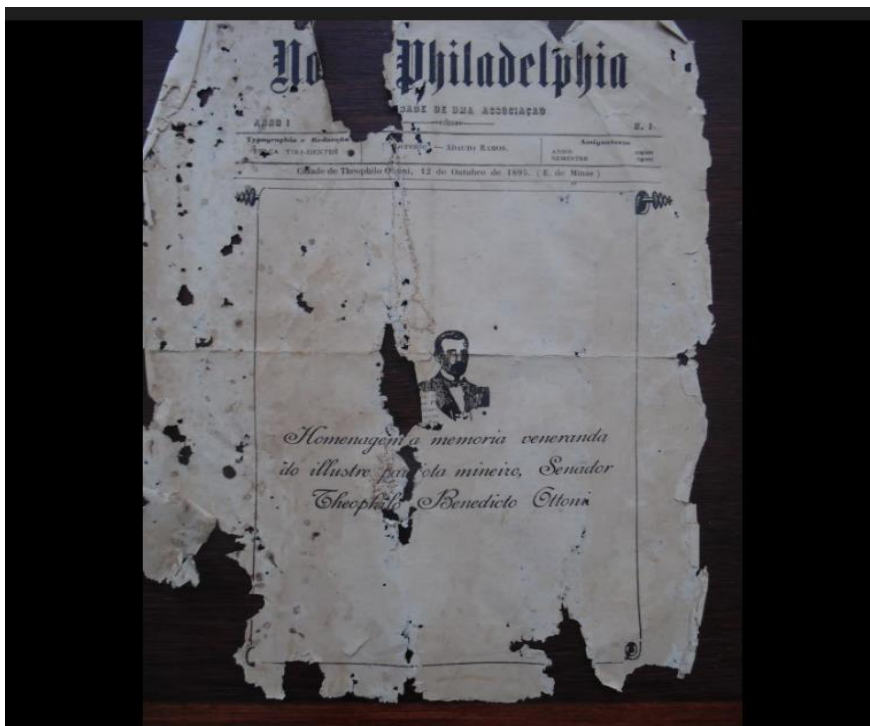
Mas, semelhante ao sonho, o mito se desenvolve em imprecisões e dentro de uma dinâmica de imagens que se entrelaçam e se adequam a realidades específicas. Nesse artigo, a proposta é analisar o papel do mito Ottoni a partir do ambiente que gravita o entorno dos produtores rurais do Vale do Mucuri, tendo como fonte a imprensa local. Nesse caso, há a presença contraditória entre a

modernização capitalista e a presença do modelo predatório baseado no trabalho agrego. Diante de uma ordem hostil ou incerta, inicia a efervescência do mito.

Servindo à elite rural do Mucuri em ocasiões diferentes, a figura de Teófilo Ottoni incorporou a dicotomia entre a riqueza do grande proprietário agropecuarista, mas que não acompanhava o espírito de modernidade capitalista. A terra era fértil, a riqueza natural era abundante, mas, com o modelo exploratório adotado, a civilização teria de aguardar. Assim, o sentimento era de um progresso que estaria sempre por vir, de uma região rica que não conseguia superar o atraso.

O mito Teófilo Ottoni conciliou paradoxalmente os interesses de um setor que procurava conservar um modelo econômico, social, político e cultural ao mesmo tempo em que buscava aproximar de valores ocidentais liberais. Inspirou, enquanto durou o modelo baseado no agrego e exploração exclusivamente predatória, esse elemento contraditório do bandeirante moderno.

A Construção da memória em Teófilo Ottoni se formou a partir dos cafeicultores do século XIX e migrou gradualmente para os pecuaristas à medida em que o gado se tornou a principal economia regional. Até meados do século XX, o discurso que orbitava em torno do mito Ottoni vai unir diversos segmentos, como comerciantes e profissionais liberais, servindo fundamentalmente aos que tinham posse. Mas manteve a base de uma representação do desbravador aliado a uma proposta civilizatória para a região do Vale do Mucuri. O processo de ocupação no nordeste mineiro sofreu forte influência da mentalidade civilizatória típica do século XIX. A mata e tudo que havia nela sinalizava o atraso. Ottoni incorporou o personagem desbravador, respaldando a visão predatória própria da exploração agropecuária da região. Nesse papel, Ottoni fortalecia a imagem do proprietário rural baseada em um sistema produtivo que explorava a terra através de um modelo essencialmente extrativista e através do trabalho agrego.



Primeira edição do jornal *Nova Philadelphia*, de 12 de outubro de 1895, homenageando na primeira página T.B. Ottoni.

Fonte: Centro de Documentação e Arquivos da UFVJM – Campus Mucuri

Em alguns momentos com maior fôlego e em outros menos, o apelo à representação do mito Ottoni variou de intensidade. Era chamado à medida que necessitava do seu auxílio. Nessas variações temporais, um dos apelos foi a unidade. De acordo com as rápidas transformações que ocorriam nas primeiras décadas do século XX, preservar o modelo adotado na região exigia sempre recorrer à manutenção de ideais coesos. Essa unidade passou, no caso das representações dos proprietários, pelo mito do pai fundador.

Foi recorrendo a seus ideais, sua bravura e os projetos arrojados que Teófilo Ottoni incorporou o ideal de conduta da elite agrária do Mucuri, inclusive, pela auto-identificação do produtor rural com a saga desbravadora em nome da civilização e o seu papel nesse processo. A imagem construída de si pelo fazendeiro fazia a exposição de um trabalhador persistente, esperançoso e obstinado. O proprietário rural se fazia perceber como “manejador de enxada” (O Norte de Minas, 22.06.1935). Esse tipo de discurso aproximava muito do que se entendia ser a dedicação e persistência de Ottoni para seu projeto no Mucuri. Ambos tinham nas respectivas sagas no nordeste mineiro um ato de renúncia, um interesse que não era pessoal, mas progressista: “Não ia atrás de riquezas, mas

com o propósito firme e inabalável de criá-la”. Pouca coisa queria: “[. . .] descobrir o nordeste mineiro e colonizá-lo” (O Norte de Minas, 03.04.1943).

Outros grupos também foram associados à narrativa civilizatória. Seguindo as bases construídas a partir da imagem de Teófilo B. Ottoni, as representações em torno do imigrante alemão vai acompanhar o mesmo discurso desbravador e pioneiro. Os primeiros imigrantes alemães chegaram no Vale do Mucuri em 1856, junto com outros europeus, como os portugueses, e de outros continentes, como os chineses. Receberam da Companhia do Mucuri lotes de terras para produção agrícola. Mas, diante das dificuldades vividas, grande parte foi embora em 1859. Aqueles que ficaram no meio rural se estabeleceram, em sua maioria, como pequenos ou médios proprietários. Mas o ideário pioneirista se incorporou ao imigrante alemão, dividindo com Ottoni a mesma saga bandeirantista. Reforçava essa proximidade entre Ottoni e imigrante alemão o discurso civilizatório oitocentista aliado ao branqueamento das raças típico do Brasil do período.

Quando ocorreu a campanha pelo monumento de Teófilo Benedicto Ottoni na cidade que leva seu nome, no final dos anos 20, “O Norte de Minas” fez referência e inter-relacionou Ottoni e imigrantes, construindo pontos comuns de bandeirantismo, espírito civilizatório e progresso:

Ninguém melhor que elementos de destaque da prestigiosa colônia, a quem devemos, em grande parte, o progresso e a prosperidade econômico desse feliz rincão [. . .] Tal monumento não pode deixar de trazer gravada uma alusão significativa ao concurso eficiente dos antigos colonos, dos antigos heróis, alguns até desconhecidos, que deverão ser perpetuados na memória da prosperidade (O Norte de Minas, 24.08.1929).

Em artigo de 01 de agosto de 1936, no jornal “O Norte de Minas”, assinado por Augusto Pereira, o assunto foi a comemoração dos 80 anos da presença do imigrante alemão na região. A partir do perfil pioneirista, o germânico foi tratado como um desbravador, abandonando tudo que tinha na Europa: “inundados de lágrimas como tu ficaram pedaços de teu corpo, sangue de teu sangue, velando pelo destino desconhecido em que empenhastes”.

O europeu que aqui chegou carregava consigo o sacrifício, a renúncia e a resignação: era o herdeiro do bandeirante Ottoni. Misto de saudade e desbravamento presentes nos seus gestos, guiado pelo pioneiro maior, havia nessa construção a imagem de um imigrante desapegado com coisas materiais. Servia a uma nobre causa, pois estaria “. . . formando a grandiosa alvorada

sonhada pelo desbravador da bacia do Mucuri. O grito de Teófilo Benedicto Ottoni emudecera e seu dedo deixara de ser o guia dos ‘Bandeirantes de Filadélfia’” (O Norte de Minas, 01.08.1936). Reproduzia com os imigrantes o mesmo perfil a ser construído para si do grande proprietário: o de renúncia e sacrifício engradecido pelos “[. . .] obstáculos e vencendo a natureza” (O Norte de Minas, 01.08.1936).

Vinte anos depois as imagens de Ottoni e do imigrante alemão ainda estavam entrelaçadas. Na edição de 23 de junho de 1956, d’“O Norte de Minas” era a vez de comemorar o centenário de imigração alemã no nordeste mineiro. No artigo, os imigrantes são apontados como “[. . .] os antigos baluartes da nossa civilização, do nosso progresso através da sua dinâmica e laboriosa colônia” e, como não poderia enfatizar, o papel de “[. . .] bravos desbravadores do Vale do Mucuri” (O Norte de Minas, 23.06.1953).

3.1. O desenvolvimento do discurso bandeirantista e civilizatório

A imagem de Ottoni vai, ao longo das primeiras décadas do século XX se equilibrando entre a tradição e a modernidade, reproduzindo o impasse vivido pela elite agrária regional até meados do século XX. Em momentos de crise, esses recursos ficavam mais visíveis. Sentindo os impactos de 1929, o editorial do jornal “O Norte de Minas” buscou forças na origem, no tempo de antes, para pressionar o governo local a encontrar saída para a economia, baseada no café, estagnada: “A terra que Teófilo Ottoni fundou através de tantas canseiras, rompendo a mata virgem e enfrentando perigos, não pode ser terra de indiferentes e covardes” (O Norte de Minas, 20.05.1933).

Nos anos de 1930, a preocupação da imprensa era encontrar respostas políticas diante da crise da produção cafeeira que atingiu a região. O chamamento para uma reação da população remeteu à figura de Ottoni. O modelo de Teófilo Ottoni como um homem obstinado e audacioso traduzia nesse contexto uma representação coletiva que incitava às ações, lideranças que superassem a crise. Era um apelo de superação, mas que não abria mão das bases da tradicional agricultura do Mucuri. Com a falta de recursos do governo, a busca era, tendo Ottoni como grande líder, a unidade: “Façamos uma frente única. De todos. Para

todos. Em prol de Teófilo Ottoni. Do seu desenvolvimento. Do seu progresso. De sua cultura” (O Norte de Minas, 20.05.1933).

Na edição seguinte de “O Norte de Minas”, em 27 de maio de 1933, novamente a figura de Ottoni foi relacionada com a crise. Apontava a um tempo glorioso de ontem ao perguntar: “que é hoje, dentro de Minas Gerais, a terra que Teófilo Ottoni fundou?”. Alegando o abandono do governo, fazendo uma previsão da região chegar à “[. . .] ruína e anarquia”, conclamava uma reação política local: “E que não haja em Teófilo Ottoni dissidência. Mas, só e unicamente, uma corrente. Em prol da terra. Do seu desenvolvimento. Do seu progresso”. A referência do termo “terra” de forma reiterada trazia um sentimento de pertencimento e identidade regional, produzindo proximidade, interesses e inimigos em comum, típico da construção mítica.

Desbravar e civilizar, ou seus similares, bandeirantismo e progresso, foram os binômios presentes nos artigos e discursos transcritos em ocasiões das mais distintas. Em 1929, a proposta do erguimento de um monumento de tamanho original em bronze em homenagem a Teófilo Ottoni foi apresentada como projeto na Câmara Municipal. As propostas desse monumento parecia ser um anseio desde o século XIX e que ressurgia de tempos em tempos, pois na edição do “O Norte de Minas” de 27 de julho de 1929 afirmou ser “ressuscitado” o projeto adormecido em 1898.

Entre os diversos artigos publicados prol do monumento, em 03 de agosto de 1929, no jornal “O Norte de Minas”, a referência a Ottoni é como “o grande *desbravador* dessas matas e fundador da cidade”. Em edição de 10 de agosto de 1929, a referência é do “[. . .] *bandeirante* que devassou o segredo dessas paragens sertanescas, incrementando um surto de mágico *progresso* numa zona inculta do vasto território mineiro” (O Norte de Minas, 10.08.1929, grifos nossos).

A referência a Teófilo Ottoni como um bandeirante moderno se consolidou na obra de Godofredo Ferreira, denominada “Os Bandeirantes Modernos”. O livro, uma publicação local de 1934 (período agudo da crise cafeeira), resgata a história da região desde a chegada da criação da Companhia do Mucuri. Em seu subtítulo, “o desbravamento e a colonização das matas do Vale do Mucuri, em Minas Gerais”, a ocupação é tratada em uma saga contra “[. . .] ferozes tribos selvagens, dando-lhe ensanchas a que se tornasse habitada por *civilizados*” (FERREIRA, 1934, p. 11, grifo nosso).

Para Godofredo Ferreira, aquele que assumisse a frente desse processo colonizador deveria ser capaz de tomar frente ao “embate sem tréguas às moléstias de toda espécie e à ferocidade traiçoeira dos botocudos” (1934, p. 12). De acordo com Ferreira, esse papel coube a Teófilo Ottoni “[. . .] a quem devemos o *desbravamento*, povoamento e conseqüentemente o *desenvolvimento* assombroso que atingiu, na hora que escrevo, o Vale do Mucuri” (1934, p. 12, grifos nossos).

Ainda segundo o livro “Os bandeirantes modernos”, Ottoni abriu mão da saúde e da fortuna com o único objetivo de impulsionar o desenvolvimento e trazer a civilização, desbravando as matas do Mucuri. O reforço dado a Teófilo Ottoni como o primeiro desbravador ocorre de modo reiterado ao longo do livro, dando a ele o papel do principal bandeirante moderno.

O discurso bandeirantista se consolidou e passou a ser utilizado nas mais diversas situações. Em 1936, lideranças políticas locais apresentaram no Congresso a proposta da criação de um estado que seria formado pelo Vale do Mucuri, Baixo Jequitinhonha, sul da Bahia e norte do Espírito Santo. Para fortalecer esse propósito, a imagem de Teófilo B. Ottoni foi utilizada como símbolo desse intento. Em artigo assinado por Licarião Pinto no jornal “O Norte de Minas” de 29 de agosto de 1936, propõe a capital desse estado a cidade de Teófilo Ottoni, resgatando a imagem de Ottoni como o mito fundador: “A famosa cidade do nordeste mineiro que, desabrochando do mais alto sonho *bandeirantista* do imortal brasileiro que lhe legou o nome, é hoje a metrópole de toda uma zona” (grifo nosso).

As referências ao pioneirismo de T. Ottoni eram feitas em notícias do cotidiano, rotinizando a sua imagem. O falecimento do ruralista Reinaldo Porto Primo, ligado à família tradicional da região, noticiado em 27 de agosto de 1938 pelo jornal “O Norte de Minas”, elucida esse aspecto. Ainda que não tenha parentesco direto com o liberal do Serro, pelo jornal o falecido “[. . .] foi casado com Teodósia E. Ottoni, filha do Capitão Leonardo Esteves Ottoni, que foi companheiro no *desbravamento* destas matas, do *fundador* da cidade, Teófilo Benedicto Ottoni” (grifos nossos).

Em solenidades, as conferências não deixavam escapar o papel de Teófilo Ottoni como desbravador do nordeste de Minas Gerais. Em 18 de abril de 1936, ao anunciar a construção de um hospital na cidade de Teófilo Ottoni, esse ideário

foi trazido em pauta. A coexistência entre riquezas naturais e as epidemias nas matas era apresentada. O desbravamento era a solução adequada. Na ação destruidora da mata estariam as realizações futuras, ou seja, a chegada da tão sonhada civilização:

Só quem conhece o nordeste de Minas com toda opulência de suas terras, com todas as riquezas naturais, mas também com todo o cortejo de endemias que alanceiam, estiolam e por fim anulam a existência do homem da gleba aqui, roubando a uma região privilegiada o elemento *desbravador*, que rasga no seio da mata virgem as clareiras por onde penetra a *civilização* (O Norte de Minas, 18.04.1936, grifos nossos).

O jornal “O Norte de Minas” de 17 de setembro de 1938 reproduziu em três páginas um pronunciamento feito por Darcy de Almeida. Nessa exposição, Almeida relatava o forte laço entre o estado da Bahia e Minas Gerais, em uma Associação denominada “Centro Baiano 02 de Julho”. No discurso, Teófilo Ottoni era considerado como continuador dos bandeirantes do século XVI, especialmente Antônio Dias Adorno, que esteve no Vale do Mucuri em 1574 em busca da “lendária terra das esmeraldas” (O Norte de Minas, 17.09.1938). Ottoni, seguindo a saga, cumpre seu papel como um desprendido, abnegado e obstinado, que a tudo renuncia em “[. . .] lutas e sofrimentos . . . a realização de seus bons propósitos sufocando as dores que lhes acerva a alma” (O Norte de Minas, 17.09.1938).

A obra de Ottoni, segundo ainda o pronunciamento, foi completada pela Estrada de Ferro Bahia e Minas, iniciada em 1881, tendo à frente o engenheiro Miguel Argollo. Primeiro os bandeirantes paulistas, em seguida, T. Ottoni e, por fim, a ferrovia completava a narrativa civilizatória do desbravando das matas:

Porfia levar à vasta região de Minas, ao coração de suas densas matas, o grito promissor de *civilização e progresso*, transmitido e difundido pelos silvos da locomotiva . . . e aí está essa estrada de ferro servindo aos imperativos e aos impulsos violentos da *civilização*, da ordem e do *progresso* categóricos e ambiciosos, completada pelo gênio e força de vontade desses dois formidáveis heróis: Teófilo Benedicto Ottoni e Miguel de Teive Argollo (O Norte de Minas, 17.09.1938, grifos nossos).

Nas vésperas do centenário da Revolução Liberal de 1842, novamente a imagem de Teófilo Ottoni foi relacionada com o bandeirantismo. Um ano antes, em 26 de abril de 1941, o jornal “O Norte de Minas” dedicou um artigo de página inteira para descrever o papel de Ottoni nesse movimento do início do Segundo Reinado, vinculando seus atos de bravura a sua saga no Mucuri: “. . . entre outros

liberais, se avulta a figura do grande *bandeirante* do Nordeste Mineiro, que pode-se dizer, foi a mais ardorosa, a mais brava, a mais idealista” (grifo nosso).

Ainda nesse artigo sobre a Revolução de 1842 estava outro elemento de fundamental importância para o reforço do mito. Fundindo com o papel bandeirantista e civilizador aparece Ottoni como o pai fundador. O apelo a uma imagem na devoção paternal em busca da continuidade da ordem e da normalidade: “[. . .] grande fundador do município de Teófilo Ottoni” (O Norte de Minas, 26.04.1941).

Grande líder, mas também sacralizado através da imagem de prestígio pela proposta de uma nova vida, fascinado pela audácia, abrindo caminhos até então inacessíveis. O discurso nacionalista do Estado Novo foi apropriado para dar a Teófilo Ottoni a condição de grande vulto nacional, colocando os nascidos no Mucuri como continuadores da defesa intransigente de seu fundador em prol da liberdade. Depois de descrever os bravos e destemidos atos em favor das nobres causas liberais, o artigo retorna o vínculo de Ottoni com a região: “[. . .] porque nos faz lembrar a atuação do emérito fundador da nossa cidade, de que tanto orgulhamos de ser filhos” (O Norte de Minas, 26.04.1941).

Em especial sobre a atuação de Teófilo Ottoni na região do Vale do Mucuri, o papel desbravador e civilizatório vai ao encontro de um projeto nacional. Em uma batalha construída de vitórias e derrotas, o objetivo era de romper com o atraso incorporado pela mata, pelo indígena, pelas epidemias tropicais. Em seu lugar, o desenvolvimento e a civilização representada pela produção agropecuária:

Criou riquezas enfrentando o botocudo feroz e aguerrido, as feras, as florestas, os pântanos, a terçã, o desconhecido. Ottoni invadiu o sertão e nestas paragens inóspitas, criou um centro de trabalho, de economia, de *progresso*. Animava Ottoni ideias novas. Ia valorizar a riqueza mobiliária, trabalhando a terra, navegando-lhe os rios. Criou nestas paragens longínquas um grande centro de *civilização* e cultura (O Norte de Minas, 26.04.1941, grifos nossos).

Exaltando o progresso da cidade, novamente um artigo publicado em 1944 relacionava os naturais da terra como herdeiros da saga civilizatória iniciada por Ottoni. Os teófilo-otonenses e o fundador se confundem, sendo aqueles como continuadores de uma obra progressista e civilizatória:

Os habitantes da Antiga Nova Filadélfia, que o grande Teófilo Ottoni fundou há muitos anos, são homens corajosos e fortes, não temem a luta e enfrentam o futuro decididos e entusiasticamente. Acostumados a trabalho, eles não

esmorecem, no afã de construir e desenvolver magnificamente um grande núcleo de *civilização* dentro de Minas Gerais (O Norte de Minas, 06.05.1944, grifo nosso).

Ter a cidade o nome de Teófilo Ottoni contribuiu muito para construção de uma identidade com o mito. Estar em Teófilo Otoni, ser de Teófilo Otoni, favoreceu a aproximação com uma imagem que se confundem o fundador e a comunidade. Ao noticiar a chegada do influente político Alfredo Sá na cidade, o anúncio produz essa imbricação, afirmando que Sá é “[. . .] um dos mais sinceros amigos de Teófilo Otoni” (O Norte de Minas, 08.02.1936). No próprio discurso de Alfredo Sá, havia a relação dos moradores como “[. . .] a família de Teófilo Otoni” (O Norte de Minas, 08.02.1936). Em artigo publicado em 06 de maio de 1944 no mesmo jornal, a exaltação e o entusiasmo mostra a cidade de Teófilo Otoni progressista e em pleno crescimento. Neste artigo, relacionar o progresso da cidade com o fundador fica vivo pela quantidade de vezes citado o nome Teófilo Otoni: 26 vezes.

3.2. O Partido Republicano como herdeiro de Ottoni

Uma grande dificuldade dos produtores rurais foi romper o isolamento regional. Este foi um tema recorrente nas publicações da imprensa local, sendo que o descaso do poder público federal e estadual eram citados como responsáveis pelo atraso do Vale do Mucuri. Em 19 de abril de 1896, o "Nova Philadelphia" reproduziu essa realidade: “[. . .] quando o governo, mais solícito do que tem sido, atender aos reclamos desta população, *confinada há 30 anos nas margens do Mucuri*, como se fosse uma população de párias votada à execração nacional” (Nova Philadelphia, 19.04.1896, grifo nosso).

Décadas depois, o editorial de 10 de junho de 1933, do "O Norte de Minas", ainda denunciava o descaso do poder público em relação ao Mucuri: “fecunda e abandonada [. . .] [apesar] do trabalho eficiente e realizador desse povo bom e ordeiro, que, dentro da mata virgem, sem transporte, sem auxílio quase nenhum, construiu uma cidade [. . .]”. Em 29 de agosto de 1936, o editorial do "O Norte de Minas" descreveu a região como vivendo de migalhas, sendo apenas “[. . .] uma simples Expressão geográfica”.

Diante desse cenário, as lideranças políticas locais foram fundamentais para defender os interesses do Mucuri. Até 1878, todo o território do atual Vale do

Mucuri era distrito de Minas Novas, Vale do Jequitinhonha. Mesmo após a emancipação do município de Teófilo Otoni, a vida política do Mucuri ainda demorou alguns anos para se afastar das influências do Jequitinhonha. Não se chegou a construir um projeto claro de poder, especialmente porque o contexto nacional ao longo do século XX não favorecia uma proposta tão distante da modernidade. Mas era preciso manter vivo os princípios econômicos fundados em um modelo predatório e no trabalho agrego iniciado na lavoura e continuado na pecuária.

À medida que o café ganhava papel econômico primordial nessa região do nordeste mineiro, as alianças políticas internas vão sendo construídas já no final do século XIX, especialmente entre os grupos ligados às famílias Ottoni e Sá. Ambos estavam diretamente relacionados ao interesse da produção cafeeira e extração da madeira. Dentro desse contexto, iriam se firmar como representantes dos interesses políticos regionais dois personagens: Epaminondas Esteves Ottoni e Alfredo Sá. Ambos ocuparam a legislatura municipal, estadual e federal, alternando como representantes dos interesses da elite local.

Com a morte de Epaminondas Ottoni, em 1918, Alfredo Sá se tornou a principal figura política até os anos 30, mas foi perdendo fôlego ao longo do governo Vargas, especialmente porque a economia baseada na cafeicultura perdeu espaço na zona rural para a pecuária. (ACHTSCHIN; SOREL, 2015). No processo de redemocratização após 1945, Sá manteve certo espaço político como constituinte pelo recém-criado Partido Social Democrático. Mas, liderança política de maior expressão regional entre os anos 30 e 40, Alfredo Sá, sofria muitas críticas da imprensa “[. . .] um homem frio e egoísta, que nunca soube se aproximar do povo e dos mais humildes” (O Norte de Minas, 15.02.1947). Neste artigo, o seu título prenunciava o caminho de Alfredo Sá: “A tragédia do velho oligarca”. Sá representava a “[. . .] asfixia do progresso e liberdade” (O Norte de Minas, 06.09.1947).

Em oposição ao PSD, surgiu com maior força na região, o Partido Republicano, tendo à frente Tristão Ferreira da Cunha, que vai personificar os interesses dos pecuaristas. Após a queda de Getúlio Vargas, Cunha assumiu a legislatura diversas vezes e cargos públicos de primeiro escalão nos governos mineiros (ACHTSCHIN, 2015). O retorno do Partido Republicano como principal força regional até 1964 é emblemático no sentido de sinalizar que as velhas

práticas oligárquicas seriam preservadas. Em Minas Gerais, o Partido Republicano ressurgiu com vigor em algumas regiões. No caso do Mucuri, o PR ganhou uma configuração muito específica, um perfil regional que vai ao encontro da força econômica baseada na atividade agrícola e, especialmente, a pecuária. Restituir o PR significou dar uma configuração partidária moderna, mas com as bases de uma economia fundada no trabalho agregado e na produção extensiva e predominante desde o século XIX.

O PR ganhou diversas prefeituras na região e expressiva representação nos legislativos municipais. Nessa tendência em conciliar conservadorismo e modernização, o partido e suas lideranças vão se aproximar dos projetos construídos a partir do mito Ottoni. A campanha eleitoral de 1947 já manifestava o vínculo dos nomes do PR a Teófilo Ottoni. Votar em Germano Augusto de Souza para o executivo municipal significava apoiar a “[. . .] inspiração invencível democrática, a consciência coletiva de Teófilo Ottoni [. . .] transfundida por Teófilo Benedito Ottoni em cada coração e em cada espírito dos homens de nossa terra” (O Norte de Minas, 20.09.1947).

Fora da política exclusivamente regional, era o PR e sua expressão política maior, Tristão da Cunha, o símbolo da aliança entre o progresso aliado aos projetos conservadores. O retorno de um partido historicamente relacionado às oligarquias com ares de modernidade ia ao encontro dos interesses da elite ruralista do Mucuri. Em 21 de outubro de 1953, o editorial do “O Norte de Minas” lamentava saudoso a expressão de um partidário que dizia estar “[. . .] ‘arranchado’ no hotel Glória”, um passado de um “caipirismo malicioso” na política.

Cunha assumia esse papel de um “caipira arrojado”, liberal e ousado na fala, mas conservador nas ações políticas. Em publicação de 02 de junho de 1952, “O Norte de Minas” exaltava o jeito sincero e direto de Tristão da Cunha ao cobrar do então presidente Getúlio Vargas uma política aduaneira adequada para os ruralistas: “[. . .] em jantar íntimo, fumando indefectível charuto, o presidente Vargas ouviu a exposição franca e decidida do político de Teófilo Ottoni [. . .]”. Em artigo do “O Norte de Minas” de 21 de outubro de 1953, Tristão da Cunha foi apresentado com uma roupagem moderna do liberalismo, ainda que carregando um jeito “[. . .] estabonado de mineiro sincero e franco”. No sentido prático da política vinculada ao PR e Cunha, os investimentos eram voltados para a

agropecuária, como construção de estradas rurais, postos agropecuários e negociações de dívidas. Nesse aspecto, o desbravador agora tem nome e partido, em uma relação direta com o modelo de produção agropecuária local e o PR.

Em 1952, Tristão da Cunha foi nomeado secretário da agricultura, indústria e comércio de Minas Gerais. Em pleno apogeu de um projeto nacional em favor do desenvolvimento industrial, Cunha representava um projeto que defendia os interesses do grande produtor rural. Segundo Cunha a industrialização vinha sendo feita em claro prejuízo ao agricultor. O discurso de posse proferido por Tristão da Cunha repercutiu na imprensa do Mucuri, destacando na mesma edição mais uma vez o fato de que a indústria no Brasil não pode ocorrer em um “[. . .] sopro de ideias apressadas e pouco amadurecidas” (O Norte de Minas, 17.02.1952). E que a defesa de Cunha era de um administrador identificado com a economia agrícola mineira, sendo “[. . .] afeito às lutas dos homens ‘hinterland’, em cujo ambiente aprendeu sólidas lições da vida prática” (O Norte de Minas, 17.02.1952). Ambiente esse formado na exploração predatória e o trabalho agrego, típico das grandes fazendas do Mucuri.

Nos anos de 1950, em um contexto nacional de intensa campanha de industrialização, uma economia agropecuária, baseada em um modelo exploratório estritamente predatório e no trabalho agrego, necessitava retomar com grande vigor a representação de um discurso fundado na coexistência entre o antigo e o moderno. O que justifica a aproximação de Tristão da Cunha e Teófilo Ottoni. A chamada em destaque do “O Norte de Minas” de 15 de outubro de 1949, isolada e sem artigo, na primeira página do jornal, relacionava de forma direta dos dois: “Vai ser restaurada pelo governo federal a antiga Estrada Santa Clara: o deputado Tristão da Cunha ouve o apelo das populações do Vale do Mucuri”. A estrada Santa Clara é considerada a grande obra da Companhia do Mucuri, abrindo uma estrada de rodagem de 180 quilômetros em pleno século XIX. Para biógrafos de Teófilo Ottoni, uma obra arrojada e desbravadora, verdadeira epopeia nas matas densas. Na edição do “O Norte de Minas” de 03 de outubro de 1950, o jornal anuncia novamente recursos para a restauração da estrada conseguida pelo “maior benfeitor da região”.

Através da narrativa da imprensa, a grande obra de Teófilo Ottoni foi continuada por Tristão da Cunha. Em artigo de 22 de fevereiro de 1952, “O Norte de Minas” destacou o feito de Cunha ao “promover a reconstrução da estrada

Santa Clara, velho caminho de penetração que o gênio Teófilo Ottoni concebera como a via destinada a ligar o mar a Minas Novas”. Em seguida reiterava o papel do chamado benfeitor da região: “Com o interesse e devotamento que sempre colocou na defesa das aspirações do nordeste mineiro, incluiu no orçamento uma ajuda de 1.300 contos que vai ser aplicada agora na reconstrução do caminho rasgado pelo Fundador” (O Norte de Minas, 22.02.1952).

No ano seguinte, novos recursos junto ao governo federal são conseguidos por Tristão da Cunha para conclusão da Estrada Santa Clara. Em artigo do “O Norte de Minas” de 31 de outubro de 1953, a reconstrução da estrada torna Cunha um continuador da saga civilizatória iniciada um século antes por Ottoni na região do Mucuri. Este foi quem “[...] idealizou e construiu, em plena selva, a estrada Santa Clara. Político de gênio, foi o primeiro a perceber as inesgotáveis riquezas do Vale do Mucuri e prever o seu futuro” (O Norte de Minas, 31.10.1953). Com a construção da Estrada de Ferro Bahia e Minas, em 1881, a Estrada Santa Clara foi abandonada. Mas, segundo o jornal, “Avançou o progresso . . . outros centros irradiadores de cultura e civilização” (O Norte de Minas, 31.10.1953). Surgiram na região, cidades como Carlos Chagas e Nanuque. Coube então ao líder do PR do Mucuri “[...] reconstruir o ‘caminho’ por onde subiu, vinda do mar, a onda de civilização que se espalhou pelo Vale, enchendo-o de vida e riquezas” (O Norte de Minas, 31.10.1953).



O Norte de Minas, 06.09.1953: Página comemorativa do Centenário da cidade de Teófilo Ottoni. Fonte: Acervo Digital Instituto Histórico e Geográfico do Mucuri

Datas comemorativas também reforçaram, pelo rito, a ligação entre Teófilo Ottoni e lideranças políticas. No centenário da fundação da cidade, em 1953, registra-se eventos ao longo de uma semana, nas comemorações oficiais que foram de primeiro a Sete de Setembro (O Norte de Minas, 12.07.1953). Memória, tradição e poder se confundem, dando ao grupo ligado ao PR, em especial Tristão da Cunha, o papel de herdeiro de Teófilo Ottoni. No dia Sete de Setembro de 1953, no apogeu da solenidade, esteve presente o então governador Juscelino Kubitschek, acompanhado por Tristão da Cunha. Juntos fizeram, dentre outras atividades, a inauguração do monumento a Teófilo Benedicto Ottoni.

Em períodos de relativo equilíbrio social, o mito assume um papel de regulação através dos ritos. No auge da produção pecuária no Vale do Mucuri, por determinação do presidente da República Juscelino Kubitschek, em novembro de 1960, foram trazidas do Rio de Janeiro para a cidade de Teófilo Otoni as cinzas de Teófilo Benedicto Ottoni. Com toda a pompa, foram realizadas diversas festividades com a chegada da urna funerária de Teófilo Ottoni. Novamente presentes as lideranças locais do Partido Republicano.

Duas frases retiradas do jornal “O Norte de Minas”, em 1936, são emblemáticas no sentido de retratar o mito Ottoni. Disse Barthomeu Barbosa que a região vivia o “[...] progresso do futuro com o atraso do passado” e, fazendo referência à investida de Teófilo Ottoni no Mucuri, a empreitada foi “o sonho e o *fracasso formidável* de Teófilo Ottoni na criação da empresa do Rio Mucuri” (O Norte de Minas, 03.08.1936, grifo nosso). A referência de um “fracasso formidável” é a designação mais expressiva para tratar a coexistência entre o tradicional e o moderno. É a melhor tradução do Bandeirante Moderno.

Considerações finais

A ocupação do Vale do Mucuri de modo sistemático ocorreu a partir de meados do século XIX. Diferentemente dos anos de 1700, o modelo de colonização dessa região do nordeste mineiro foi um movimento autônomo em busca de superação da crise mineradora e de alternativas para produção através da agricultura e pecuária. O trabalho adotado foi o agrego. Com um vasto território disponível para o plantio e o pasto, foi intenso o desmatamento tendo o agregado o principal meio para uma incessante exploração predatória, que se estendeu por um século.

Em um período de plena expansão capitalista no Brasil, essa estrutura produtiva a partir do agrego e da exploração ambiental predatória aliada com o espaço de mata abundante, era extremamente lucrativo, mas não estimulava investimentos tecnológicos. Tão pouco poder de compra para grande parte da população, que vivia em condições de miséria. Esse foi o dilema vivido (e não superado) pelo proprietário de terra do Vale do Mucuri que se estendeu enquanto foi possível explorar o solo e o agregado: sair do atraso e chegar à modernidade, mas sem abrir mão do modelo exploratório que gerava sua riqueza.

Nesse caso, o imaginário político da elite girava em torno do discurso de modernidade para o Mucuri contrastando com um sentimento de atraso regional. O mito em torno da imagem de Teófilo Ottoni simbolizou esse contraditório e suas sobreposições, a coexistência entre o desejo de modernidade de um grupo que utilizava de meios que não se associavam com o capitalismo.

Modernidade e atraso são binômios em oposição. Daí a imagem de Teófilo Ottoni se realizar de modo contraditório, convivendo com aquilo que a elite rural entendia como real. Representação de grupos com projetos aparentemente progressistas, mas atrelados a formas de manutenção de vida conservadoras, tornando possível construir elementos antagônicos do bandeirante com a modernidade.

Referências

ACHTSCHIN, Márcio. **A Filadélfia não sonhada**: escravidão no Mucuri do século XIX. Teófilo Otoni, 2008.

_____. SOREL, Igor. **Rua Direita versus ‘Rastacoro’**: dominação e resistências em Teófilo Otoni e região no século XX (1910-1974). Teófilo Otoni: s.n., 2015.

ANDRADE, Rômulo. Família agrária e estrutura agrária nas Minas Gerais oitocentista. **Revista população e família**. N. 01, São Paulo: Humanitas/CEPAL, 1998.

ARAUJO, Valdei Lopes de. **A Filadélfia de Theófilo Ottoni**: uma aventura cidadã. Belo Horizonte: Afato, 2002.

ARAUJO, Valdei Lopes de (org.). **Teófilo Ottoni e a Cia do Mucuri**: a modernidade possível. Belo Horizonte: Sec. De Estado de Cultura/Arquivo Público Mineiro, 2007.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero (org.) **Enciclopédia Emandi**. V. 5. Lisboa: Imprensa Nacional-casa da Moeda, 1985.

CAMBRAI, Ricardo de Bastos. A colonização dos sertões do leste mineiro: políticas de ocupação territorial num regime escravista, 1780-1836. **Revista do Departamento de História**, n. 6, julho, Belo Horizonte, 1988.

CARRARA, Ângelo Alves. O sertão no espaço econômico da mineração. **LPH/Revista de História**, n. 6, 1996.

CHAGAS, Paulo Pinheiro. **Teófilo Ottoni**: ministro do povo. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília: INL, 1978.

CUNHA, Alexandre Mendes. A diferenciação dos espaços: um esboço de regionalização para o território mineiro e algumas considerações sobre o redesenho dos espaços econômicos na virada do século. **X Seminário sobre a economia mineira**, 2002.

DUARTE, Regina Horta. Conquista e civilização na Minas oitocentista, In **Teófilo Ottoni**: Notícias sobre os selvagens do Mucuri. Belo Horizonte: UFMG, 2002

FERREIRA, Godofredo. **Os bandeirantes modernos**, Teófilo Ottoni: s.n., 1934.

FRANCO, M. S. Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**, 2 ed., São Paulo: Ática, 1974.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

LE GOFF, J. apud. PESAVENTO, Sandra J. Representações. **Revista Brasileira de história**. São Paulo: ANPUH/Contexto. V. 15, n. 29, 1995.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista**: Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MARTINS, Marcos Lobato. Ocupação e desflorestamento numa área de fronteira: Vale do Mucuri, MG – 1890 a 1950. **Revista de História Regional**, 15 (1): 40-77, Verão 2010.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar. LIMA, Maurício Antônio de Castro. SILVA, Helênia Carvalho da Cruz da. População de Minas Gerais na segunda metade do século XIX: novas tendências. **X Seminário sobre economia mineira**, Belo Horizonte, UFMG, 2002.

MARTINS, Roberto Borges. Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez. **História & Perspectiva**, n. 11, jul.-dez., Uberlândia, 1994.

MIRANDA, Nilmário. **Teófilo Ottoni**: a república e a utopia do Mucuri. São Paulo: Caros Amigos, 2007.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In **Culturas políticas na história**: Novos estudos. Rodrigo Patto Sá Motta (org.) Belo Horizonte: Argvmentvum, 2009.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. **Estrada da vida**: terra e trabalho nas fronteiras agrícolas do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

_____. (org.) **Lembranças da terra**: histórias do Mucuri e Jequitinhonha. Belo Horizonte: CEFEFES, s/d.

_____. Agregados e fazendas no nordeste de Minas Gerais. **Estud. Soc. E Agric.**, Rio de Janeiro, vol. 18, n. 2, 2010: 393-433.

TIMMERES, Olavo. **TheophiloBenedicto Ottoni**: pioneiro do nordeste mineiro e fundador de Teófilo Otoni. Divinópolis, 1969.

WEYRAUCH, CléiaSchiavo. **Pioneiros alemães de Nova Filadélfia**: relato de mulheres. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.

Recebido em Junho de 2020
Aprovado em Setembro de 2020

DOI: <https://doi.org/10.14295/rbhcs.v13i25.11624>